

Não confundir moratória com um desafio do tipo "chicken game"

Paulo Kramer(*)

Chicken game é um desafio pelo qual os rapazes americanos gostam de afirmar sua virilidade. Dois carros arrancam à toda em rota de colisão, o motorista que se desviar primeiro será ridicularizado pela turma como o chicken (covarde).

O presidente Sarney e sua equipe econômica vão precisar de muito jogo de cintura se não quiseram virar instrumento de um desastroso chicken game nas mãos dos políticos populistas, obcecados com a idéia de desafiar os credores externos. Um sintoma dessa obsessão foi a fria, quase hostil, acolhida das bancadas do PMDB e dos demais partidos de esquerda e da CUF à suspensão por tempo indeterminado do pagamento de juros da dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais estrangeiros, num total de US\$ 68 bilhões e que só neste ano consumiria algo em torno de US\$ 6 bilhões em seu serviço. Esses setores se queixaram de que a moratória técnica, a par de tardia, não foi ato soberano, mas envergonhado reconhecimento de que as reservas internacionais do País estavam à beira do vermelho.

Sem entrar pela enésima vez nos reparos ao timing e às motivações latentes da medida (segundo os críticos, uma tábuca de salvação para recuperar a popularidade do presidente e ajudá-lo a tomar uma Constituinte cada vez mais rebelde), o fato é que Sarney acabou por não em prática aquilo que desde a década passada era a grande bandeira do PMDB e das oposições em geral. E bem verdade que os dotes histrionícos do político Ribamar tropeçaram na gafe de tachar de traidor quem teimasse em criticar a política do governo Colli em diante. Acometida pela praga estrutural da herança autoritária e pelos apelos conjunturais que, volte e meia, ameaçam um mandato de legitimidade questionável, a comunicação governo-sociedade invavelmente entra em curto na hora de transmitir mensagens. Foi assim com o Cruzado II.



O recado embutido na moratória é, todavia, curto e grosso e já vinha sendo antecipado à comunidade internacional desde o giro euro-americano do presidente eleito Tancredo Neves e do discurso de Sarney nas Nações Unidas em 1985: O Brasil não aceita que o serviço de sua dívida se converta em sangria de recursos vitais à retomada do crescimento e à consolidação da democracia com justiça social. Nessa frase começa e termina a identidade do governo com a esquerda populista. Ela insiste na moratória como oportunidade estratégica para fustigar o "Grande Satã" financeiro internacional. Há anos, seus expoentes parlamentares, acadêmicos e sindicais martelam a tese do cartel de devedores, cegos para o fato de que num mundo de Estados nacionais, os interesses de cada um falam mais alto do que os apelos emocionais à solidariedade. Que o digam o Chile, a Venezuela e as Filipinas, que aproveitaram o impacto inicial da moratória brasileira para

rapidamente fechar negociações que se vinham arrastando inconclusivas e garantiram spreads, prazos e outras vantagens que a adesão a um exército Brancalione dificilmente asseguraria. Outro mito é que, se o Brasil disser simplesmente "danem-se os credores!", eles entrarão em colapso arrastando em efeito-dominó a estrutura mundial do capitalismo. Pura megalomania e desinformação. Desde o susto de 1982 os bancos adotaram uma agressiva política de acumulação de reservas para se prevenir contra novos trancos. Nada mais perigoso, portanto, do que interpretar a renovação até agora sem problemas das linhas de curto prazo como "sinal de fraqueza dos banqueiros".

A tática de Sarney, Funchal e Itamaraty, ao contrário, consiste em assegurar que o País não repudiará seus compromissos, mas necessita que os banqueiros reassumam seu papel de sócios do desenvolvimento brasileiro. A exemplo de outras economias do Terceiro Mundo desde o

GAZETA MERCANTIL

Desde a década de 1960, o Brasil se converteu de importador em exportador líquido de capital para os países centrais.

Foram US\$ 42 bilhões que o País remeteu como serviço de seus débitos contra um ingresso de apenas US\$ 19 bilhões nos últimos quatro anos. Para contrabalançar o declínio das exportações e continuar crescendo, o Brasil necessitará de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões em dinheiro novo só neste ano. O entendimento com os bancos também é vital num outro sentido: somente com a superação da crise cambial é que as multinacionais se sentirão seguras para reverter a atual tendência à repatriação de lucros, dividendos e capital. O desinvestimento estrangeiro em 1986 atingiu alarmantes US\$ 622 milhões. Não dá mais para ignorar que, na hora de definir suas prioridades a longo prazo, as multinacionais promovem um verdadeiro leilão entre os gerentes das filiais para ver quem oferece maiores atrativos. Dos pontos de vista político e institucional, esses atrati-

vos chamam-se estabilidade do regime, legitimidade do governo, previsibilidade da política econômica, clareza das regras fiscais e mecanismos regulatórios e confiabilidade da máquina burocrática. Isso ajuda a entender por que o Brasil, a despeito do seu imenso mercado e do potencial de recursos, vem perdendo terreno para plagas menos exuberantes mas politicamente mais acolhedoras.

O leque de alternativas hoje à disposição de Sarney também se estreitou com a overdose de retórica anti-FMI. Com o desalinhamento geral da economia pós-Cruzado, os credores voltaram a insistir na monitorização do Fundo como "sine qua non" para novos empréstimos voluntários. Traumatizado pela lembrança do ajuste recessivo delfiniano, o Brasil não quer nem ouvir falar em FMI.

Mais uma vez convém não dogmatizar. Nem o FMI é o vudu pintado pela imaginação esquerdista (a prova são suas atuais relações com a jovem democracia argentina), nem seu

receituário é a única saída possível para os endividados (a prova são os acordos parciais do Brasil com os bancos comerciais no ano passado e com o Clube de Paris em janeiro último). Com Fundo ou sem Fundo, o que os credores querem mesmo saber é de onde o Brasil tirará os recursos para pagar seus compromissos, ao passo que a pergunta dos brasileiros é: como fazer isso sem prejudicar o crescimento?

O sucesso junto aos credores dependerá da real disposição do Brasil de atacar as causas internas dos atuais desequilíbrios, sobretudo o apetite e a entropia do poder público. Afinal, sim, os constituintes poderiam provar seu patriotismo, fiscalizando o cumprimento da promessa de disciplinar gastos e a máquina administrativa, feita por Sarney no dia em que anunciou a moratória.

(*) Professor da Universidade Federal Fluminense e sócio da Barros & Kramer — Analistas de Risco Político (Rio e Brasília).